



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

MELISSA MOTTA FELÍCIO

**CONFIGURAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS: MOTIVAÇÕES E
PERCURSOS PARA O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE**

Campina Grande

Abril/2017

MELISSA MOTTA FELÍCIO

**CONFIGURAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS: MOTIVAÇÕES E
PERCURSOS PARA O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação de Psicologia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Carla Sant'Ana de
Brandão.

Campina Grande

Abril/2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F314c Felício, Melissa Motta.

Configurações familiares homoafetivas [manuscrito] :
Motivações e percursos para o exercício da
maternidade/paternidade / Melissa Motta Felício. - 2017.
37 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e
da Saúde, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Carla Sant'Ana de Brandão,
Departamento de Psicologia".

1. Família. 2. Homoafetividade. 3. Relações familiares. I.
Título.

21. ed. CDD 353.533 1

MELISSA MOTTA FELÍCIO

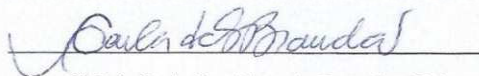
CONFIGURAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS: MOTIVAÇÕES E
PERCURSOS PARA O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação de Psicologia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau Bacharel/Licenciado em
Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Sant'Ana
de Brandão.

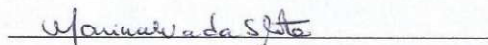
Aprovada em: 26/04/17.

BANCA EXAMINADORA



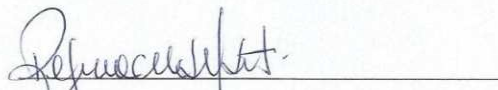
Prof.^a Dr.^a Carla Sant'Ana de Brandão (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ms. Marinalva da Silva Mota

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ms. Regina Celi Sales Nóbrega Santana

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, meu pai e minha
irmã. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me presenteado com o dom da vida e por sempre me acompanhar. Tudo que sou é dádiva divina!

Agradeço à minha família, a meus pais, Maria do Carmo e Irineu por todo investimento, pela boa educação e pelo amor. À minha irmã Isabela, pelo companheirismo. E também à tia Norma, por me proporcionar boas conversas e reflexões importantes para meu amadurecimento.

A meu amor, melhor amigo e namorado, Rodrigo Cruz, pessoa que me cativou e a quem tenho grande carinho.

A meus amigos da faculdade, pela boa jornada que tivemos durante esses anos. Agradeço, em especial, à Claudiane, por ser uma amiga dedicada e atenciosa, pessoa de coração grande e quem levarei para o resto da minha vida.

A meus amigos da supervisão em Logoterapia, Patrick, Jéssica, Laylla, Mariana e Claudiane, com os quais foram compartilhados medos, conquistas e momentos felizes.

Aos professores do curso de Psicologia, em especial minha orientadora, Carla Brandão, minha querida professora e mestre, que sempre foi bastante atenciosa. A quem devo minha eterna gratidão por todos os ensinamentos.

Aos participantes da minha pesquisa, que de forma prestativa, se dispuseram a contribuir com meu trabalho.

Aos meus pacientes, que me proporcionaram vivenciar o encontro psicoterapêutico.

“O amor é como arco-íris,
Que deixa o céu mais bonito
Com o brilho das suas cores
Nos mostra a chave do paraíso
A diferença quando é somada
Transforma tudo numa coisa só
E quem acha que não tem nada
Ganha o mundo ao seu redor

É preciso amar para ver o outro
passar por você
E para ele morar no seu coração é
preciso amar...”

(Rodrigo Cruz)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
2.1 Breve histórico da família ocidental.....	09
2.2 Movimento homossexual.....	11
2.3 Famílias homoafetivas e o exercício da parentalidade.....	12
3. METODOLOGIA.....	15
3.1 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6. REFERÊNCIAS.....	31
ANEXOS E APÊNDICES	

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS: MOTIVAÇÕES E PERCURSOS PARA O EXERCÍCIO DA MATERNIDADE/PATERNIDADE

Melissa Motta Felício¹

RESUMO

A família, considerada a instituição mais antiga da sociedade, possibilita o desenvolvimento psicológico e social da pessoa. Hoje, ela está relacionada ao vínculo afetivo, abrangendo diferentes configurações, uma delas é a família homoafetiva. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo: discutir as motivações e percursos de pares homoafetivos para constituição familiar, identificar o significado da adoção de crianças por casais homoafetivos, identificar significado da maternidade-paternidade por casais homoafetivos. A pesquisa contou com a participação de sete indivíduos, três homens e quatro mulheres, constituindo, assim, quatro casais. Em uma das entrevistas, apenas um cônjuge participou. A idade dos participantes variou entre 22 a 28 anos para os homens e de 19 a 27 anos para as mulheres. As entrevistas poderiam ser realizadas em modalidade presencial ou à distância (via internet), três delas foram feitas à distância e apenas uma foi realizada de forma presencial. As análises indicam que as motivações para a constituição da família são: acessibilidade e planejamento; amor e afeto. No que diz respeito a adoção, os casais expressaram a importância da preparação familiar e o desenvolvimento afetivo-emocional para a chegada da criança. Em relação ao significado de ter filhos, os casais expressaram como sendo o sentimento de família (continuidade e dedicação). Além disso, os casais expressaram o desejo de ter filhos através da adoção e/ou inseminação. Portanto, as discussões desse estudo favorecerão no enriquecimento das produções científicas a respeito desse tema, que muitas vezes é visto como um “tabu” e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Família; Homoafetividade; Relações familiares.

¹ Aluna de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: melissamfelicio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A família é considerada a instituição mais antiga da sociedade, que possibilita o desenvolvimento psicológico e social da pessoa. Assim, ela é caracterizada como um grupo social ou uma organização que está inserida em um contexto influenciando a vida dos indivíduos que a ela pertencem (Patta e Santos, 2007). No entanto, o conceito de família não é estático e único, podendo ser definido de diferentes formas, inclusive, a partir da consideração de pessoas que convivem em uma mesma moradia, possuindo, ou não, vínculos consanguíneos (Epósito e Moraes, 2007). Além disso, ao abordar temas sobre a família deve-se considerar o contexto histórico e social no qual ela está inserida, já que sua estrutura está em constante modificação, assim como os papéis parentais. (Sigly, 2000, citado por Pratta e Santos, 2007).

Para Angelo (2009), cada família cria seu ambiente particular. Assim, em sua vivência, a família constrói símbolos, significados, valores, saberes e práticas originadas, por um lado, pela família de origem, a sociedade na qual está inserida e, por outro, pelas vivências e interações com novas famílias. Nesse sentido, a família é um sistema aberto em constantes transformações.

Apesar de ser a organização base de toda sociedade, a família passou por diversas transformações e acompanhou mudanças sociais e culturais. Sendo assim, ela deixa de referir-se apenas ao modelo tradicional e nuclear, que é representado pelo pai, mãe e filhos e passa a ganhar um significado mais amplo. Hoje, a família está relacionada ao vínculo afetivo, abrangendo diferentes configurações, por exemplo, famílias monoparentais, uniões consensuais, casais sem filhos por opção, famílias unipessoais, famílias recasadas e famílias homoafetivas. Nesse estudo, deu-se foco as configurações familiares homoafetivas, discutindo aspectos psicológicos, sociais e jurídicos que perpassam este modelo familiar e, conseqüentemente, refletindo sobre o exercício da parentalidade por homossexuais.

Nesse sentido, de acordo com Silva (2008), é necessário que a Psicologia se aproprie das discussões que envolvem a união homoafetiva e o exercício da parentalidade por esses casais. Essas discussões favorecerão no enriquecimento das produções científicas a respeito desse tema, que muitas vezes é visto como um “tabu” e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais igualitária.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico da família ocidental

As configurações familiares são fortemente influenciadas pela cultura e pelo meio sócio-histórico no qual está inserida e, sendo assim, alguns velhos costumes deixam marcas nas famílias contemporâneas. Antes do século XV as crianças saíam de casa para ajudar com serviços domésticos nas casas de grandes senhores, esses eram seus tutores e que ensinavam os bons costumes. Desde cedo a criança ficava longe de sua família, fazendo com que essa não pudesse alimentar um sentimento entre pais e filhos e, dessa forma, “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (Ariès, 1981, p. 158). No entanto, a partir do século XV, a realidade e o sentimento da família foram, aos poucos, se transformando através de uma mudança evidente na época: a extensão da frequência escolar.

Durante a Idade Média, a aprendizagem das crianças era junto aos adultos através do ensinamento de um ofício, mas, ao longo do tempo, a escola deixa de ser um lugar apenas para os clérigos e passa a ser uma instituição social, que corresponde a passagem da infância para a vida adulta do indivíduo. Essa transformação se dá através de um novo rigor moral e a uma preocupação em separar as crianças do mundo dos adultos e manter os filhos por perto. Nesse sentido, a escola favorece a aproximação entre a família e os filhos, desenvolvendo um sentimento da família e da infância. De acordo com Ariès (1981), “o clima sentimental era, agora, completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola” (p. 159).

Segundo o mesmo autor, já no século XVII, a família era marcada pelo poder patriarcal e pelos benefícios do filho primogênito, que deveria manter o patrimônio da família. Sendo assim, o pai gerenciava os casamentos arranjados, possuindo a última palavra. Nessa época, a privacidade ainda era rara. As casas eram grandes, mas com ausência de delimitações, o que favorecia a tudo ser junto, sem divisões de área onde deveria fazer os trabalhos domésticos e as acomodações para o descanso. Além disso, as casas eram habitadas pela família nuclear (pai, mãe e filhos) e também por parentes próximos e distantes, amigos e empregados. Porém, no fim do século XVIII, ocorreram algumas mudanças nessas organizações familiares, como, por exemplo, o sentimento igualitário entre os filhos e as organizações da casa, que passou a ser uma moradia restrita do núcleo familiar,

desenvolvendo novos valores, afeto e o sentimento de intimidade, favorecendo, assim, o movimento em direção a família-moderna.

Nessa perspectiva, a família moderna passou a ser caracterizada por um modelo nuclear (pai, mãe e filhos), correspondendo a uma necessidade de intimidade e identidade, pois agora ela se tornava unida através de um sentimento e dos costumes (Ariès, 1981). Em suma, percebe-se que do século XV ao XIX há uma transformação em relação a privacidade e intimidade da família, assim como do desenvolvimento de um sentimento entre pais e filhos (Müller, 2009). O tamanho das famílias também se modificou, pois antes era extensa e abrigava parentes consanguíneos, ou não, além dos vários empregados. Aos poucos, a família tradicional caracterizada pelo poder patriarcal vai se modificando e dá-se início a um novo modelo de relações familiares e de gênero que se desenvolve a partir de fatores como a conquista do direito da mulher de trabalhar fora de casa sem a necessidade de autorização do marido, quando esse não pudesse sustentar a si próprio ou aos filhos, conforme estabelecia a lei no Brasil em 1943. Para Hintz (2001), após as décadas de 1950 e 1960, a família se configurou em torno de conceitos de igualdade, contribuindo para o surgimento de questões em relação ao gênero. Além disso, a família moderna, nesse período, começou a se constituir através das relações amorosas conjugais através da livre escolha dos cônjuges.

Durante a segunda metade do século XX surgiram novos valores, posturas e conquistas em relação a mulher, como a saída para o trabalho para obtenção de satisfação pessoal e a fim de aumentar a renda familiar, da sua participação nos movimentos políticos e sociais e, também, a ampliação do seu ingresso na faculdade. Segundo Hitz (2001), é na família que são vivenciadas as condições atuais sociais, econômicas e emocionais que afetam as relações entre os membros, tendo a mulher um papel fundamental nessas transformações, por assumir novas posições que tiveram implicações também nas funções masculinas e na criação dos filhos. Como pais e mães começam a sair para o trabalho, os avós, muitas vezes, assumem a função do cuidar. Além disso, foram criadas creches, onde as crianças menores passam o dia, facilitando na rotina dos pais. Agora, a família começa a ser uma estrutura menor, mas que está constantemente interagindo com outras instituições e setores da sociedade.

Atualmente não se fala em um modelo único de família, mas na existência de vários modelos, já que a família deixa de ter como condição básica a consanguinidade e passa a ter composições por meio de laços afetivos que configuram modelos distintos dos tradicionais nos séculos passado e com motivações que não mais se submetem a conveniência e hierarquia características do patriarcalismo. Segundo Vaitsman (1994) apud Hitz (2001, p. 15), “... o que

caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas”. Dentre as novas configurações familiares está a família homoafetiva, que é formada pela união de pessoas do mesmo sexo, atualmente reconhecida por lei através da união estável.

2.2 Movimento homossexual

A homossexualidade esteve sempre presente na história da humanidade, sendo relatada nos povos selvagens e nas antigas civilizações (romanos, gregos, egípcios e assírios), estando também nestas relacionada ao heroísmo e nobreza (Mascote, 2009). Apesar de nas sociedades antigas a homossexualidade ser comum e muitas vezes aclamada, pois era um costume das camadas de destaque social, segundo Martins (2010), a homossexualidade se tornou um fato social reprovável a partir da ascensão do Cristianismo, que afirmava ser um vício e que não deveria ser praticada por aqueles que almejassem viver no reino dos céus.

A palavra homossexual tem origem grega, na qual homo corresponde a semelhante e, portanto, o termo designa o interesse por pessoa do mesmo sexo. A homossexualidade, embora presente em relatos desde a história da Grécia Antiga, a prática homossexual na sociedade moderna era caracterizada como doença mental, constando no Código Internacional de Doenças – CID, de 1977.

Através dos avanços no campo científico percebe-se um esforço para excluir abordagens preconceituosas e, nesta direção, ocorreu a mudança do conceito de homossexualismo, que em 1982 deixou de constar com uma doença mental e, em 1995, o sufixo “ismo”, que significa doença, foi substituído pelo sufixo “dade”, que designa o modo de ser (Mascote, 2009). Mesmo que a mudança na terminologia não garanta a aceitação social da homossexualidade ela demonstra um avanço, pois retira os significantes pejorativos, configurando um novo vocábulo que atende a forma de ser e viver do ser humano.

No que diz respeito aos movimentos sociais deste grupo, foram surgindo espaços, organizações e políticas derivadas da necessidade de melhorias na forma como estas pessoas são percebidas e tratadas nas instituições e na sociedade em geral. Assim, na década de 1960, no cenário de pós-segunda guerra, se organizou o primeiro movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgênero (GLBTT), nos Estados Unidos, ganhando visibilidade no mundo inteiro através dos questionamentos a respeito da homossexualidade. No Brasil, esses

movimentos iniciaram no final dos anos de 1970 e início de 1980, buscando não apenas a democracia, mas também o exercício pleno dos direitos civis (MOLINA, 2011).

O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderá ser celebrada sem restrições (FERRARI, 2004, p. 105 *apud* MOLINA, 2011).

Nesse sentido, a união civil entre pessoas do mesmo sexo cada vez mais tem conquistado espaço na sociedade, com aprovação e reformulação de projetos, inclusive, com reconhecimento jurídico. A conquista dos direitos emergiu inicialmente no cenário político brasileiro no ano de 1995, com o Projeto de Lei nº 1.151/95 apresentado pela Deputada Martha Suplicy. Originalmente, o projeto que pretendia o reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo, em seu primeiro artigo afirmava que, “É assegurado a duas pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de sua união civil, visando a proteção dos direitos à propriedade, à sucessão e dos demais regulados nesta lei” (citado por Lopes, 2004, p.02). Este projeto marca o início da saída da marginalidade e da discriminação dos homossexuais, pois busca obter do Estado o reconhecimento da união civil de pessoas do mesmo sexo. Nesta mesma direção, o Conselho Federal de Psicologia, em 1999, criou a Resolução Nº 001/99, que estabelece normas para a atuação de psicólogos em relação à orientação sexual. Esse documento considera que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (CFP, 1999), portanto, extingue e proíbe qualquer forma de intervenção psicológica que se proponha a ‘tratar’ a homossexualidade. A partir deste documento a psicologia tem se mobilizado para a conscientização da sociedade, o combate ao preconceito, e a busca da garantia dos direitos do público LGBTTT, através de comissões, grupos de trabalho, seminários e pesquisas direcionadas ao assunto.

2.3 Famílias homoafetivas e o exercício da parentalidade

A família contemporânea, não mais limitada a paradigmas tradicionais, como casamento, sexo e procriação, transforma-se, reinventa-se e modifica-se concomitante as transformações sociais. Assim, atualmente, a família está relacionada ao vínculo afetivo, e é nesse contexto que se encontram as uniões homoafetivas.

Até o ano de 2011 a família homoafetiva não era reconhecida pelo Estado. Nem mesmo as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo eram reconhecidas por lei. Para que um casamento fosse reconhecido era necessário existir a diferença sexual, o consentimento e

o direito por lei. A Constituição Federal de 1988, no Artigo 226, revela o reconhecimento da união estável entre homem e mulher e garante os direitos apenas para casais heterossexuais (Diniz e Alencar, 2011). No entanto, através da visibilidade que o relacionamento homoafetivo foi tomando na sociedade desenvolveu-se, de maneira gradual, maior tolerância, justificada a partir do direito geral de liberdade, conforme art.5º, II, da Constituição Federal de 1988, que garante ao cidadão o direito de desenvolver livremente sua personalidade. Porém, o que levou o reconhecimento por lei da união homoafetiva foi o julgamento da Ação Direta da Inconstitucionalidade (ADI) 4277, que reconhece a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e garante os mesmos direitos dos casais heterossexuais para casais homossexuais; e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que afirma que o não reconhecimento da união homossexual fere os princípios de liberdade, igualdade e dignidade humana, que constam na Constituição.

O julgamento da ADPF 132 ocorreu entre os dias 4 e 5 de maio de 2011. A ação foi julgada conjuntamente com a ADI 4277, reconhecendo-se por unanimidade a constitucionalidade da união estável entre casais do mesmo sexo e conferindo-se interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento desta união. No julgamento, pontuou-se que o sexo da pessoa não deve ser usado como fator de desigualação jurídica e que a expressão “família”, utilizada pela Constituição Federal, não se limita a formação de casais heteroafetivos, devendo-se reconhecer a união homoafetiva como família segundo as mesmas regras e consequências da união heteroafetiva.
Relator: Min. Ayres Britto.(Conectas: Direitos Humanos, 2014, p. 2)

Nesse sentido, é notório o reconhecimento do avanço na Legislação Brasileira em relação a regulamentação de casais homoafetivos, que buscou a harmonia e sociabilidade entre os cidadãos. Na esteira das mudanças nas relações conjugais, houve também transformações em relação ao exercício da parentalidade. Dessa forma, a partir dessa nova configuração familiar, é possível também discutir acerca da homoparentalidade, termo surgido em 1997 para referir-se à situação em que pelo menos um dos pais se assume como homossexual (Derrida e Roudinesco, 2004). Os estudos a respeito da homoparentalidade buscam demonstrar que a capacidade de um bom relacionamento entre pais e filhos não dependem da orientação sexual dos pais (Zambrano, 2006).

Na nossa sociedade, em geral, os vínculos de parentesco estão associados a criação e cuidados com a criança, na qual o pai e a mãe exercem papéis fundamentais para o bom desenvolvimento infantil. Para Zambrano (2006), o vínculo familiar pode estar relacionado ao vínculo biológico; ao vínculo de parentesco, que diz respeito a relação dos indivíduos e

pertencimento a um mesmo grupo; a filiação, de acordo com o reconhecimento jurídico; e através da parentalidade, que se refere ao exercício da função de pai e/ou mãe. Dessa forma, a diversidade das formações familiares permite afirmar que o vínculo familiar através do parentesco e filiação não são concedidos de forma “natural”, mas se desenvolvem a partir das relações estabelecidas.

Para Passos (2005), os pares homoafetivos que desejam ter filhos enfrentam alguns desafios, pois a impossibilidade de gerar filhos impõe a necessidade de um trabalho psíquico direcionado às contradições vivenciadas pelo casal, como o desejo de ter filhos e, por outro lado, sentirem-se impedidos de gerá-los; e a forma que o casal escolhe para concepção. Hoje em dia, existem diferentes possibilidades para estes casais terem filhos:

Podemos pensar, nas seguintes composições familiares: 1. A recomposição, na qual um membro do casal traz para sua relação homossexual o(s) filho(s) de um casamento heterossexual anterior. 2. A co-parentalidade, em que um dos membros do casal homossexual gera um filho com um homem ou uma mulher, não necessariamente homossexual, e este filho passa a fazer parte do núcleo parental de um dos pais biológicos. 3. Uma terceira forma é a adoção, legalizada ou não, feita pelo casal. 4. Há ainda a possibilidade da inseminação artificial realizada com o sêmen de um doador, no caso de um casal de mulheres, ou de uma mãe substituta, que gera um filho com o sêmen de um dos parceiros do casal homossexual masculino. (Passos, 2005, p. 35).

Segundo esse mesmo autor, o casal homoafetivo, desde antes da concepção da criança, deve definir como serão as relações e representações dentro do triângulo familiar, na qual é necessária a consciência dos pais e da criança na não-diferenciação sexual, como forma de família equiparada a qualquer outra, a fim de possibilitar a criança um bom desenvolvimento psíquico e das relações familiares

Uma das formas mais comuns para esses casais terem filhos é a adoção, que está regulamentada em leis que devem refletir as reais necessidades de todos os envolvidos. Segundo o artigo 19º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990): “toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. Apesar das normas visarem a manutenção das relações jurídicas para uma sociedade melhor, garantindo tanto as crianças quanto aos pais homoafetivos um direito de firmarem o seu desejo de constituir uma família, ainda é recorrente o não reconhecimento dos próprios casais de seus direitos por temerem a frustração de serem impedidos em sua tentativa. Além disso, a

adoção por homossexuais ainda não é uma forma consistente na justiça, sendo mais comum a adoção monoparental, na qual um dos parceiros torna-se requerente do processo (Almeida, 2008).

A concepção heterocêntrica de família não exerce mais o mesmo papel na sociedade na medida em que as novas configurações familiares se fortalecem e são debatidas. O preconceito é uma forma de pensar ‘engessada’ que dificulta o desenvolvimento moral da sociedade, sendo necessária a conscientização e a universalização de ideias, como o respeito ao próximo, que são metas sociais ainda distantes entre as relações pessoais. Segundo Silva (2008, pp. 18 e 19), “a relação entre filhos e pais homossexuais precisa ser olhada com mais naturalidade, uma vez que estas crianças conseguem estabelecer o vínculo parental com uma ou duas pessoas, prontas para a vivência da parentalidade”.

Através das mudanças sociais e culturais sofridas pela família, este estudo buscou discutir sobre as configurações familiares homoafetivas presentes na sociedade contemporânea, a fim de abordar as motivações e caminhos para o exercício da homoparentalidade e contribuir para a produção científica acerca desse tema, ainda considerado tabu e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade igualitária.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram analisados os conteúdos das entrevistas realizadas com casais homoafetivos. A pesquisa qualitativa é caracterizada pela compreensão dos significados apresentados pelos entrevistados, objetivando a compreensão de cada peculiaridade (Richardson, 1999 apud Augusto & Colaboradores, 2013).

A amostra do estudo foi constituída por casais homoafetivos, masculinos e femininos, com pelo menos um ano de união e com intenção de ter filhos (adoção, inseminação artificial etc). Foram excluídos aqueles que não desejavam ter filhos e/ou unidos a menos de um ano. A constituição da amostra foi através da acessibilidade e do método ‘bola de neve’. Poderiam participar do estudo o casal (em entrevista conjunta) ou apenas um dos pares (em entrevista individual). As entrevistas poderiam ser realizadas presencialmente ou através de chamada de vídeo por mídia eletrônica (Skype, Messenger, Whatsapp).

A delimitação do número máximo de participantes foi orientada pelo ‘ponto de saturação’. Durante a análise dos resultados, foi utilizado pseudônimos para preservar a identidade dos participantes.

3.1 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Foi utilizado como instrumento para coleta de dados um roteiro de entrevista constituído por questões referentes aos dados sócio – demográficos dos participantes; e questões abertas elaboradas em conformidade com os objetivos do estudo.

O contato com o casal foi o primeiro passo para iniciar a coleta de informações, haja vista a necessidade de obter a autorização para a realização das entrevistas. O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi fornecido aos participantes, especificando a liberdade de participação ou não do estudo. Os sujeitos que se dispuseram a participar da pesquisa foram garantidos de sigilo e anonimato, segundo as determinações éticas da Resolução Nº 466/ 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Em conformidade com a disponibilidade e preferência dos participantes, três entrevistas foram feitas à distância com os dois pares do casal; e apenas uma foi presencial realizada com um dos pares do casal, que aconteceu em uma sala reservada da Clínica Escola de Psicologia da UEPB. Não foram realizadas entrevistas isoladas com um participante e, posteriormente, com seu par a fim de evitar obtenção de duplicidade de informações oriunda de uma mesma família/casal.

Para as entrevistas on line, foi proposto a utilização do aplicativo Skype, porém todos os casais, que preferiram esse processo, não utilizavam essa ferramenta. Então, como alternativa foi sugerido a utilização da chamada de vídeo via Whats app, na qual todos se propuseram a fazer utilizando esse meio. Todas as entrevistas foram gravadas em aparelho digital e todas as informações obtidas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, submetidas à Análise de Conteúdo. Conforme Bardin (1977), este método de análise perpassa três etapas: a *pré-análise*, que é a organização do material a ser estudado; a *descrição analítica*, que é o estudo mais aprofundado dos documentos que constituem a pesquisa, sob a orientação dos referenciais teóricos adotados; e a *interpretação referencial*, referente a reflexão e análise propriamente dita dos documentos selecionados com base nos referenciais teóricos norteadores da pesquisa em torno da temática.

Durante a pesquisa se observou as disposições contidas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, onde estão determinadas as diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, que asseguram, sobretudo, os direitos e deveres dos sujeitos participantes da pesquisa, da comunidade científica, e do Estado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de sete (07) indivíduos, três (03) homens e quatro (04) mulheres, constituindo, assim, quatro (04) casais. Em uma das entrevistas, apenas (01) um cônjuge participou. A idade dos participantes variou entre 22 a 28 anos para os homens e de 19 a 27 anos para as mulheres. O tipo da união de todos os pares é configurado como união estável e três casais expressaram o desejo de legalizar a união através do casamento civil. No Brasil, o casamento civil é aquele aprovado pelo estado, de acordo com o Código Civil de 2002 em seu artigo 1.511 “O casamento estabelece a comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (BRASIL, 2010). Enquanto que a União Estável é caracterizada pela união de duas pessoas, que não são legalmente casadas, com a finalidade de formar família e obter bens em comum. Atualmente, foi concedida a união homoafetiva os mesmos direitos da União Estável.

O grau de escolaridade dos participantes varia entre Ensino Médio completo a Superior completo: um (01) dos entrevistados possui ensino médio completo, três (03) possuem superior incompleto (estão cursando); e três (03) possuem superior completo. O tempo de relacionamento varia de 1 ano e 8 meses a 10 anos, e o tempo que moram juntos varia entre 1 ano a 2 anos e 1 mês. Nenhum dos entrevistados possui filhos, mas todos manifestaram o desejo de ter através da adoção e/ou inseminação.

Na sequência, a apresentação dos resultados segue com trechos das narrativas de cada participante em cada uma das categorias. Cabe destacar que as respostas de cada participante poderá estar situada em mais de uma categoria, conforme o conteúdo identificado; e, em conformidade com as questões éticas estabelecidas, a identificação dos participantes é através de pseudônimos.

Tabela 1: Motivo da união

Os resultados apresentados nessa tabela têm como objetivo observar quais foram as motivações que impulsionaram a união, nesse caso, a convivência (morar juntos). A análise deste tema possibilitou a constituição de duas (02) categorias temáticas, as quais indicam como motivos para a união dos casais participantes desse estudo: Acessibilidade e Planejamento; Amor e Afeto.

Categorias e Narrativas					
	Acessibilidade e Planejamento		Amor e afeto		Não respondeu
	Romero (24)	Danilo (26)			
Casal 1	“(...) <i>essa questão de planejar futuro juntos.</i> ”	“(...) <i>facilidade, de praticidade mesmo. Ele morava longe da minha casa.</i> ”			
					Laura (27) e Bruna (21)
Casal 2					“E ai só oficializamos que estávamos morando juntas com dois meses, mas estamos morando juntas desde que ela decidiu morar sozinha [1 ano e meio]” (Laura).
	Maria (19)				Juliana (26)
Casal 3	“(...) <i>namorar a distância que é bem complicado, ai foi assim.</i> ”				N.R.
				Marcos (22)	Vinícius (28)
Casal 4			“(...) <i>o carinho, a paixão, o respeito, o amor, foram regras que a gente pôs no nosso relacionamento, o diálogo (...).</i> ”		Não pôde participar da entrevista.

Tabela 2: Motivação para ter filhos

A partir do objetivo de conhecer os motivos que impulsionam estes casais ao exercício da maternidade/paternidade, abordamos sobre o tema e é possível observar que a motivação para ter filhos por parte dos casais participantes desse estudo se dá pelo sentimento de família, alguns referindo-se como algo natural para todo casal, e pelo desejo de ter filhos. Para outros ter filhos diz respeito a uma realização pessoal, ou seja, um objetivo da vida e um ato que irá trazer satisfação e alegria.

Categorias e Narrativas				
	Sentimento de família		Realização pessoal	N.R
Casal 1	Romero (24)		Danilo (26)	
	<i>é mais uma construção que a gente tem feito juntos (...) pra mim é como se fosse algo natural depois do fato de eu formar um casal.</i>		<i>planejar mesmo minha vida, além do profissional, de ter um filho. (...) de realização mesmo.</i>	
Casal 2	Laura (27)			Bruna (21)
	<i>Um desejo que sempre tivemos de criar uma família, desde criança para mim</i>			N.R.
Casal 3			Maria (19)	Juliana (26)
			<i>“desde que começamos a namorar que ela implicava ‘quero ter um bebe, quero ter um bebe.</i>	<i>“Eu sempre quis ser mãe, inclusive antes de me relacionar com mulheres.</i>
Casal 4	Marcos (22)			Vinícius (28)
	<i>chegam na velhice sozinhos, abandonados, terminam em abrigos pra idosos, e esse é um futuro que eu não quero, a gente não quer pra gente, a gente quer constituir, de fato, uma família</i>			

Tabela 3: Significado de ter filhos.

Observamos que o significado de ter filhos aparece parcialmente relacionado a motivação para ter filhos. Através da análise é possível observar que o conteúdo de todas as narrativas se situa em apenas uma categoria (Sentimento de família), referindo-se a um significado de continuidade, ou seja, deixar herdeiros, mas, também, referindo-se ao desejo de dedicação desses casais para contribuir e ajudar os filhos que desejam ter, através de uma boa educação e participação no cotidiano.

Categorias e Narrativas		
Casal 1	Sentimento de família: continuidade e dedicação	N.R
	Romero (24)	Danilo (26)
	<i>“ como você ter a possibilidade de poder ajudar/contribuir da sua melhor forma com o crescimento de uma outra pessoa”</i>	<i>“dá continuidade, tipo, tudo que eu tenho na minha construção/formação (...) dar continuidade daquilo tudo que eu sei, tipo, todas as questões que eu fui criado.”</i>
Casal 2	Laura (27)	Bruna (21)
	<i>“e depois o desejo ter uma família, independente da orientação sexual, é um desejo natural. Uma etapa natural”</i>	N.R.
Casal 3	Maria (19)	Juliana (26)
	<i>“Acho que o desejo ter uma família, (...) a gente quer ter os herdeiros.”</i>	N.R.
Casal 4	Marcos (22)	Vinícius (28)
	<i>A realização de um sonho, eu chego até me emocionar, (...) vou dar uma educação pra ele, uma educação bacana (...) vou poder proporcionar pra ele uma vida feliz’. (...) realmente a gente quer um filho. Na realidade, mais de um.”</i>	Não pôde participar da entrevista

Tabela 4: Meios pretendidos para ter filhos.

Os meios pelos quais os pares homoafetivos desejam ter seus filhos, já que não podem concebê-los através da reprodução natural, é por meio de inseminação ou adoção. As participantes femininas expressaram o desejo de ter filhos por meio da inseminação, ou seja, o desejo de gerar seu próprio filho. Ainda assim, um casal homoafetivo do sexo feminino expressou o desejo da inseminação e também da adoção. Enquanto que todos os participantes masculinos anunciam a vontade da adoção.

Categorias e Narrativas					
	Adoção		Inseminação		N. R.
	Romero (24)	Danilo (26)			
Casal 1	<i>“(...) importa mais o vínculo afetivo, então acho que isso...”</i>	<i>“ que a adoção é o melhor caminho mesmo. Eu acho legal isso”</i>			
Casal 2			Bruna (21)		Laura (27)
			<i>“Pretendemos mais a inseminação do que a adoção”</i>		N. R.
Casal 3	Maria (19)		Juliana (26)		
	<i>“(...) eu penso muito na ideia de adotar (..), um dela, um meu e um adotado”.</i>		<i>“Eu penso mais em inseminação e Maria pensa mais em adotar também. ”</i>		
Casal 4	Marcos (22)				Vinicius (28)
	<i>“optou por futuramente a adoção.”</i>				Não pôde participar da entrevista.

Tabela 5: Percursos possíveis para a adoção

Com a intenção de identificar o significado da adoção de crianças por casais homoafetivos, foi perguntado aos casais quais seriam os percursos possíveis para a adoção. Segundo a análise, foi possível dividir as respostas em duas categorias: Preparação familiar, referindo-se a um processo de preparação estrutural, adaptação e aproximação com a criança; e Desenvolvimento afetivo-emocional, voltadas para questões emocionais, como respeito e amor.

Categorias e Narrativas					
	Preparação familiar		Desenvolvimento afetivo-emocional		N. R.
	Romero (24)	Danilo (26)			
Casal 1	<i>“Isso de percurso para que a criança seja considerada nosso filho, acho que vai muito de como a gente vai se preparar para recebe-la, incluir na nossa vida, porque vai ter que ser uma coisa bem anterior a todo processo finalizado”</i>	<i>“Então eu imagino por esse caminho, tem os locais certos onde a gente pode fazer o cadastro, mostrar o desejo de adoção e que lá tem as fichas, onde você coloca o perfil da criança que você vai querer adotar. (...) Ai tem um processo de aproximação.”</i>			
Casal 2					Bruna (21) e Laura (27)
					N. R.
Casal 3			Maria (19)	Juliana (26)	
			<i>“que ela consiga entender que ela não é nossa filha biológica, mas entenda que a gente que escolheu.”</i>	<i>“ a gente quer que eles amem a gente da mesma forma que a gente ama eles.”</i>	
Casal 4			Marcos (22)		Vinícius (28)
			<i>“ dar praquela criança tudo aquilo que aquela criança não teve. Principalmente no que diz respeito a amor, a carinho, (...). De toda forma, ter um acompanhamento psicológico em todo percurso da adoção, mas eu quero, nós queremos que...sermos acompanhados por um psicólogo também.”</i>		Não pôde participar da entrevista.

Tabela 6: Serviços/profissionais essenciais no processo de virem a ter filhos.

Ainda relacionado a temática da adoção e inseminação, foi questionado aos pares homoafetivos quais serviços/profissionais seriam importantes durante o processo para vir a ter filhos. Assim, a partir da análise, as respostas foram agrupadas em duas categorias: Serviço e Poder público, ou seja, medidas sociais que minimizam a burocracia e facilitam o processo de

efetivação da adoção ou da inseminação artificial; e Trabalho multidisciplinar, indicando a relevância do trabalho de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, que irão contribuir para o desenvolvimento afetivo-emocional durante o processo prévio e posterior a chegada da criança na família.

Categorias e Narrativas					
	Serviço e Poder público		Trabalho Multidisciplinar		N. R.
	Romero (24)		Romero (24)		Danilo (26)
Casal 1	“Acreditamos que o principal é o Poder Público adotar medidas para facilitar toda a burocracia, ainda existente (...) ”		“(…) Além disso, nas Casas Lares, existe uma equipe de pedagogas, assistentes sociais e psicólogos, que ajudam não só os pais adotivos, mas, principalmente as crianças que estão a espera de uma adoção. ”		N. R.
Casal 2					Bruna (21) e Laura (27)
					N. R.
Casal 3	Maria (19)				Juliana (26)
	“(…) pra inseminação a gente precisa de dinheiro (risos), porque é um processo bem carinho. Tem uma iniciativa rolando lá no IMIP de Recife que é massa, que é pra casais homoafetivos legalizados... a fila é gigantesca. ”				N. R.
Casal 4			Marcos (22)		Vinicius (28)
			“Então assim, uma equipe multidisciplinar com psicólogo, com psicopedagogo pra fazer um acompanhamento é...com aquela criança. Talvez um, como que dá o nome...um terapeuta familiar		Não pôde participar da entrevista.

Tabela 7: Expectativas acerca do exercício da paternidade/maternidade

Os resultados apresentados aqui têm como objetivo identificar o significado da maternidade-paternidade por casais homoafetivos. Então, ao questionar acerca das expectativas de cada casal foi possível dividir as respostas dos participantes em três categorias: Aprendizagem cotidiana, ou seja, um processo de adaptação; Necessidade de aceitação social, referente aos preconceitos que casais homoafetivos sofrem hoje em dia; e o Amor, referindo-se a construção de um relacionamento pai/mãe e filho.

Categorias e Narrativas							
	Aprendizagem cotidiana		Necessidade de aceitação social		Amor		N.R
	Romero (24)	Danilo (26)					
Casal 1	<i>“e tentando aprender ne? Aprender, assim, a lidar ne? A ter outra pessoa. (...) Você falou de dificuldade, sem falar nas barreiras do preconceito. Mas, eu penso também muito em como conversar com a criança, como abordar a questão da homossexualidade.”</i>	<i>“Então, eu acho que a partir do momento que a adoção se concluir, que a criança tiver com a gente, é meio que mudar mesmo, estabelecer uma norma, uma rotina. (...) E eu acho que também outra questão é que, meio que a gente não sabe como é...mas dosar a disciplina”</i>					
Casal 2			Laura (27)				Bruna (21) N.R.
			<i>“O que vamos sofrer muito é no próprio preconceito da sociedade, aquela coisa de uma está grávida e todo mundo ficar perguntando quem é o pai, essas coisas.”</i>				
Casal 3	Maria (19)	Juliana (26)					
	<i>“deixar de ter uma vida que tem hoje em dia, de ter outras prioridades e se adaptar mesmo para ser mãe”</i>	<i>“ eu acho que é um processo mesmo. De você ser mãe de você aprender mesmo a lidar com aquele ser que você escolheu gerar ou adotar”.</i>					
Casal 4					Marcos (22)		Vinícius (28)
					<i>“É um amor diferente de todos os amores que você possa imaginar. É diferente do amor”</i>		Não pôde participar da entrevista

					de mãe, é diferente do amor do companheiro, é diferente do amor do pai, é diferente do amor do irmão. Um filho é um filho. (...) É pode fazer a felicidade dele, e a felicidade dele vai ser o triplo pra mim. "		
--	--	--	--	--	---	--	--

Tabela 8: Reflexões sobre o modelo familiar constituído: recado para sociedade

Por fim, foi pedido aos casais que deixassem um recado para a sociedade, na intenção de fazer uma reflexão sobre o modelo familiar homoafetivo e os sentimentos desses casais no cotidiano em sociedade. Segundo análise, as respostas foram divididas em: Aceitação social; Respeito e amor. As duas categorias dizem respeito aos preconceitos que os casais enfrentam na sociedade atual e a necessidade de serem aceitos e respeitados.

Categorias e Narrativas					
	Aceitação social		Respeito e amor		N.R
	Romero (24)	Danilo (26)			
Casal 1	<i>"tentar fazer com que as pessoas lhe entendam ou pelo menos tentem entender que a formação/definição que família não é uma coisa que é rígida assim, imutável, e que ela depende muito, assim, da questão afetiva e emocional."</i>	<i>"acho que o recado que a gente pode passar, é que com o passar do tempo, as mudanças vão ficar mais evidentes, esses novos modelos vão surgindo e que não há problema algum de aceitar, de buscar entender."</i>			
	Laura (27)	Bruna (21)			
Casal 2	<i>"Acho que o mais importante agora é você se impor 'eu sou assim, não vou mudar e você vai ter que me aceitar'."</i>	<i>"E entender que isso 'é uma coisa normal'"</i>			
Casal 3			Maria (19)	Juliana (26)	
			<i>O principal é a vontade de se ter uma família, que deve haver respeito e principalmente amor.</i>	<i>"que eles encarem como uma união de amor, como qualquer outra coisa, porque não é uma coisa diferente. (...) que se tem amor tá tudo bem"</i> .	

		Marcos (22)		Vinicius (28)
Casal 4		<p>“Então assim, a sociedade tem quem enxergar que a homossexualidade ela sempre existiu, e que...nossa, o que envolve tudo isso, família, laços de família, (...) é uma questão de amor, (...) Ninguém pede pra nascer homossexual, o preconceito é grande, a discriminação”</p>		<p>Não pôde participar da entrevista</p>

Discussão dos Resultados

A interpretação referencial, referente a reflexão e análise propriamente dita dos conteúdos das entrevistas tomou como base os referenciais teóricos da Logoterapia, de Viktor Frankl, e da Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl Rogers (ACP) e aspectos legais vigentes no Brasil.

A *primeira temática* diz respeito as motivações da união para os casais participantes da pesquisa, na qual eles elencaram a *acessibilidade e planejamento*; e o *amor e afeto*. Todos os casais já moram juntos há, no mínimo, um ano e pretendem legalizar a união através do casamento civil. Recentemente a família homoafetiva se tornou reconhecida pelo Estado, mas, até 2011 nem mesmo as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo eram reconhecidas por lei. O que levou o reconhecimento por lei da união homoafetiva foi o julgamento da Ação Direta da Inconstitucionalidade (ADI) 4277, que reconhece a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e garante os mesmos direitos dos casais heterossexuais para casais homossexuais; e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que afirma que o não reconhecimento da união homossexual fere os princípios de liberdade, igualdade e dignidade humana, que constam na Constituição.

No que diz respeito ao *amor e afeto*, pode-se observar os princípios fundamentais da Logoterapia. Segundo essa teoria, todo ser humano está em busca de um sentido de vida, que é orientado por uma vontade de sentido. Nessa perspectiva, entende-se por sentido uma força motivadora para o homem encontrar um significado para a sua vida, que são expressos através dos valores (Frankl, 2011). Assim, nessa segunda categoria, pode ser observado o sentido do amor, expresso através dos valores experienciais, na qual o homem constrói valores através da

relação com outras pessoas, a partir de uma troca de experiências. Pode-se falar, também, da autotranscendência, que se direciona pelo sentido e é capacidade de se colocar para fora de si mesmo, considerado pela Logoterapia, o mais alto grau de desenvolvimento humano (Lemos, 2015). Assim, como qualquer casal hétero é capaz de amar e sente-se motivado a construir uma família, o casal homoafetivo também é capaz e sente o desejo por construir uma família, como alguns entrevistados ressaltam “*é algo natural...*”.

Para a construção da família, os casais colocam como importante ter filhos e, para alguns deles, é uma etapa conseqüente a morar juntos. Nesse sentido, para a *temática 2* foi questionado quais seriam as motivações para ter esses filhos, pautando o objetivo de conhecer os motivos e caminhos para o exercício da maternidade/paternidade. As respostas foram categorizadas em *sentimento de família* e a *realização pessoal*. No que diz respeito ao sentimento de família, pode-se inferir, como na temática anterior, as questões colocadas sobre o sentido do amor, que é colocado por Frankl como a capacidade humana de amar, que vai muito além do prazer ou de amar aquilo que a pessoa tem, mas sim o que a pessoa é (Lukas, 1992). Nessa perspectiva, Bauman (2004 apud Freitas, 2015), classifica o amor como a vontade de cuidar e através desse sentimento é que o ser humano se coloca para fora de si mesmo. Assim, no *sentimento de família*, ou seja, o desejo da constituição de uma família, ressalta o cuidado com o próximo e a realização desse sentimento genuinamente humano, o amor. A *realização pessoal* relaciona-se ao conceito de “vontade de sentido” da Logoterapia, que diz respeito à um persistente interesse do homem na busca pelo significado da sua existência, um “para que” diante da vida, por meio do qual o homem consiga compreender o que lhe é importante e o que não é, o que lhe traz sentido ou não (Frankl, 2011).

Ainda com o objetivo conhecer sobre o exercício da maternidade/paternidade, na *temática 3* foi questionado aos entrevistados qual seria o significado de ter filhos. As respostas, agrupadas em uma única categoria (*Sentimento de família: continuidade e dedicação*) apontam o sentido do amor e a expressão de valores, através da autotranscendência. Além disso, a continuidade refere-se a um sentimento de deixar herdeiros e o desejo de se dedicar para dar uma boa educação, os quais podem ser associados aos valores criativos de Viktor Frankl (2011), que é aquilo que se deixa para o mundo e se realiza através da autotranscendência, que se direciona sempre para além de si mesmo, não apenas para o benefício próprio.

Na *temática 4*, indagados sobre os meios pretendidos para vir a ter filhos, os participantes expressaram como meios: a *inseminação* e a *adoção*. Para Passos (2005), os casais homoafetivos que desejam ter filhos enfrentam alguns desafios, pois a impossibilidade

de gerar filhos necessita um trabalho psíquico direcionado as contradições vivenciadas pelo casal, como o desejo de ter filhos e, por outro lado, sentirem-se impedidos de gerá-los; e a forma que o casal escolhe para concepimento. Segundo esse mesmo autor, alguns meios para o casal homoafetivo ter filhos é a recomposição, na qual um dos pares traz para relação homoafetiva o filho de um casamento anterior; a co-parentalidade, em que um dos pares gera um filho com outra pessoa e o traz para o relacionamento; a adoção, legalizada ou não; e, por fim, a inseminação artificial, gerada com o sêmen de um doador, ou a mãe gera o filho com o sêmen de um dos membros do casal homoafetivo, ou seja, a barriga de aluguel. No estudo em questão, verifica-se a inseminação artificial e a adoção como os meios possíveis, já que nenhum dos participantes possui filhos de relações anteriores. O desejo de todos terem filhos e a compreensão da homoparentalidade como um processo natural após a união, importante para a consolidação do sentimento de família ressalta a necessidade de discussão sobre o tema e ampliação de movimentos de luta e políticas públicas direcionadas a garantia dos direitos civis de pessoas homossexuais, as quais, apesar das conquistas recentes, ainda sofrem discriminação e não tem seus direitos amplamente assegurados.

Na *temática 5*, ao abordar sobre os percursos possíveis para a adoção, identifica-se elementos fundamentais a constituição familiar, os quais emergem nas narrativas agrupadas nas duas categorias: *preparação familiar* e *Desenvolvimento afetivo-emocional*.

A *preparação familiar*, diz respeito ao processo de adaptação e aproximação com a criança. Uma das formas mais comuns para casais homoafetivos vir a ter filhos é adoção. Nesse sentido, o artigo 19º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) afirma que: “toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. Assim, é dever das relações jurídicas gerenciar a manutenção de uma sociedade melhor, garantindo tanto as crianças quanto aos pais homoafetivos um direito de firmarem o seu desejo de constituir uma família.

A segunda categoria é o *Desenvolvimento afetivo-emocional*, que está voltada para o respeito e amor. Segundo Pereira (2008), uma ação pode estar relacionada a uma vontade de sentindo, essa nos orienta para a realização de sentido, na qual o ser humano, em sua última necessidade, não busca o prazer, mas um sentido para a própria vida. Dessa forma, é possível inferir que o ato de adotar pode estar voltado para a realização de sentido, e como já dito anteriormente, uma manifestação de sentido do amor. Para Freitas (2015), o ato de amar é capaz de compreender o outro, reconhecendo o que se tem de valioso na outra pessoa, buscando acompanhá-lo e ajudá-lo.

Em relação a *temática 6*, sobre os meios de casais homoafetivos vir a ter filhos, foi questionado quais serviços/profissionais poderiam ajudar nesse processo. Segundo alguns entrevistados, o que poderia auxiliar é o *Serviço e o Poder público*, através de programas que facilitem a adoção e a inseminação. Em 2008, o Conselho Federal de Psicologia lançou uma cartilha, “Adoção: um direito de todos e de todas”, para discutir e dar visibilidade a adoção por casais homoafetivos. Além disso os próprios entrevistados apontam alguns programas que facilitam esse processo. É interessante observar, a importância de um programa social nacional que auxilie o processo de adoção, principalmente, para casais homoafetivos, já que é um processo que não se dá de maneira privatizada. Há a necessidade de conscientização sobre aspectos relativos ao perfil escolhido para adoção, já que há uma fila enorme de crianças que esperam ser adotadas enquanto também há uma fila de espera dos pais, que escolhem um perfil restrito, geralmente crianças menores de 5 anos e de pele clara; e sobre a conscientização social da adoção por pares homoafetivos, já que há um preconceito por pais ou mães gays. Sabe-se que o bom relacionamento entre pais e filhos não dependem da orientação sexual dos pais. Assim, o outro serviço/profissional apontado pelos entrevistados, o *Trabalho multidisciplinar*, tem o importante papel de preparar, orientar e dar suporte aos pais e as crianças através de intervenções individuais e coletivas com pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, que irão fortalecer o vínculo entre pais e filhos e possibilitar o desenvolvimento afetivo-emocional.

A *temática 7* refere-se as expectativas acerca do exercício da paternidade/maternidade, que está relacionado ao objetivo: identificar o significado da maternidade-paternidade por casais homoafetivos. Essa maternidade/paternidade exercida por esses casais pode ser chamada, também, de homoparentalidade. A primeira categoria nessa temática fala sobre a *Aprendizagem cotidiana*, que pode ser associado a categoria “*preparação familiar*” na *temática 5* (percursos para adoção), já que a aprendizagem pode envolver um processo de adaptação, que será gerada a partir do convívio e do fortalecimento de vínculos entre pais/mães e filhos. Na segunda categoria está a *Necessidade de aceitação social*, compreendida a partir da necessidade de aceitação incondicional, abordada por Carl Rogers como uma atitude fundamental no estabelecimento de relações saudáveis e pautadas no respeito. O conceito de aceitação incondicional refere a capacidade de aceitar o outro, independente daquilo que ele é ou demonstra ser (Santos, 2004). Nesse sentido, os casais expressam o desejo de serem aceitos e reconhecidos como pessoas e respeitados em seus direitos. A terceira e última categoria dessa temática é o *Amor*, que se dá através da construção

do relacionamento, e aí pode-se retomar os conceitos de sentido do amor e a capacidade de autotranscender, defendidos por Frankl.

Por fim, a *temática 8*, propõem a reflexão sobre o modelo familiar constituído e a possibilidade de ‘dar recado’ para sociedade, na qual os entrevistados se colocaram e puderam expressar opiniões sobre o modelo familiar que vive e, conseqüentemente, expressaram-se em relação as suas conquistas, mas, também, sobre o preconceito que ainda sofrem, expressando seus sentimentos em relação a sociedade. As narrativas dos entrevistados foram situadas em duas categorias: *Aceitação social*; e *Respeito e amor*. Essas duas podem ser associadas as atitudes terapêuticas de Rogers, como foi destacado na temática anterior. A primeira atitude diz respeito a empatia, que é capacidade de se colocar no lugar da outra pessoa, ser sensível as suas vivências e significações, permitindo uma abertura para o outro, através do respeito e da compreensão; a segunda é a aceitação incondicional, que, como dito anteriormente, é quando a pessoa é capaz de aceitar o outro, independentemente da situação, e a congruência, pode ser compreendido como uma preparação interna para poder vivenciar a empatia e a aceitação incondicional, pois para isso deve-se haver abertura do próprio eu (Santos, 2004). Portanto, é necessário que exista amor e respeito para que essas novas configurações familiares sejam aceitas socialmente, compreendendo-as como as famílias que se desenvolvem por meio de laços afetivos, assim como tantas outras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão deriva da necessidade de refletir sobre as novas configurações familiares, no caso, sobre as famílias homoafetivas e a necessidade emergente nesses casais de serem aceitos e compreendidos nas suas relações. Conforme observado, o desejo de exercer a paternidade/maternidade é algo natural para a maioria dos casais e é considerado como o próximo passo depois da união, assim como em muitas famílias de modelo tradicional. Ter filhos simboliza a construção de uma família e, também, uma realização pessoal. Esse sentimento pode ser associado ao conceito de autotranscedência, da Logoterapia, que é capacidade de se colocar para fora de si, através da busca de um sentido para a vida.

Nesse sentido, o trabalho contribuiu para as primeiras reflexões sobre contexto familiar contemporâneo, as motivações para a constituição da família para casais homoafetivos, assim como a expectativa para o exercício da paternidade/maternidade e as dificuldades enfrentadas nesse percurso. Essas discussões favorecerão no enriquecimento das

produções científicas a respeito desse tema, que muitas vezes é visto como um “tabu”, como também para a construção de uma sociedade mais igualitária. Cabe considerar que, por se tratar de um primeiro estudo, com tempo e recursos limitados, com poucos participantes, todos de uma mesma região e com grau de escolaridade elevado, merece o avanço em outras pesquisas que possam ter amostra mais ampla e com perfil mais abrangente. Tais condições favorecerão a discussões mais amplas e, possivelmente, com desdobramentos com maior impacto.

O acesso a poucos participantes, bem como o interesse e disponibilidade de poucos casais, reflete o receio e a dificuldade de se expor sobre esse assunto que, de certa forma ainda é delicado para muitos. Durante as entrevistas, foi possível perceber a preocupação em relação ao preconceito, principalmente, no momento em que pensam na possibilidade de ser pai e mãe, pois a criança irá necessitar de um apoio e também da conscientização dos pais para que saiba se defender. E, nesse sentido, está relacionado a questão do trabalho multidisciplinar, do acompanhamento psicológico, que poderá fazer esse suporte tanto para a criança quanto para a família, de modo geral.

O estudo também reflete no grande papel da psicologia em relação a essas discussões, seja através da conscientização da sociedade, seja através do combate ao preconceito. Contudo, o importante é participação nas reflexões e na defesa de grupos ainda considerados como minorias, pois, assim como qualquer cidadão heterossexual, o cidadão homossexual tem direito a liberdade e igualdade, dessa forma, cabendo a eles o direito ao casamento e adoção.

Portanto, fica evidente a necessidade de aceitação, ou seja, a busca pelo respeito e pelo direito, como qualquer outro cidadão, que por mais que exista o preconceito, a relação é construída por amor, como disse um dos entrevistados: *“A sociedade tem quem enxergar que a homossexualidade ela sempre existiu, e que...nossa, o que envolve tudo isso, família, laços de família, (...) é uma questão de amor, (...) Ninguém pede pra nascer homossexual, o preconceito é grande, a discriminação. (...) A gente quer respeito, a gente necessita. Todo ser humano necessita e precisa de respeito”*. Assim, é através da experiência do amor, que pode-se construir uma sociedade com mais igualdade, onde valores como a empatia e respeito prevalecem.

HOMOAFETIVE FAMILY SETTINGS: MOTIVATIONS AND PATHWAYS FOR THE EXERCISE OF MATERNITY / FATHERHOOD

ABSTRACT

The family, considered the oldest institution in society, enables the psychological and social development of the person. Today, it is related to the affective bond, include different configurations, one of which is the homoaffective family. In this context, the objective of the study was to discuss the motivations and paths of homoaffective pairs for family formation, to identify the meaning of the adoption of children by homoaffective couples, and to identify the meaning of parenthood by homoaffective couples. The research was attended by seven individuals, three men and four women, thus constituting four couples. In one interview, only one pair participated. The participants' ages ranged from 22 to 28 years for men and from 19 to 27 years for women. The interviews could be do in person or at a distance (via the internet), three of them were done at a distance and only one was done in person. The analyzes indicate that the motivations for the constitution of the family are: accessibility and planning; love and affection. In relation to the meaning of having children, the couples expressed as being the family feeling (continuity and dedication). In addition, couples expressed the desire to have children through adoption and / or insemination. Therefore, the discussions of this study will favor the enrichment of scientific productions on this theme, which is often seen as a "taboo" and, consequently, in the construction of a more egalitarian society.

Keywords: Family; Homoaffective; Parenthood.

REFERÊNCIAS

ADI 4277 e ADPF 132 - **União Estável Homoafetiva**. Disponível em ><http://www.conectas.org/pt/acoes/stf-em-foco/noticia/6472-adi-4277-e-adpf-132-uniao-estavel-homoafetiva><

ALMEIDA, M. R. de. A adoção por homossexuais: um caminho para o exercício da parentalidade. n: **Conselho Federal de Psicologia, Adoção: Um direito de todos e todas** (pp. 27-30). Brasília: Autor. 2008.

ANGELO, M. Cultura e cuidado da família. In: Eunice Nakamura; Denise Martin; José Francisco Quirino Santos. (Org.). **Antropologia para enfermagem**. Barueri: Manole, 2009, p. 82-99.

ARIÈS, P. A Família. In: _____. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. - 2.ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2006. p. 131-193.

AUGUSTO, C. A.; Souza, J. P. de; Dellagnelo, E. H. L.; Cario, S. A. F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol.51 no.4 Brasília Oct./Dec. 2013

BARDIN, L..Análise de conteúdos. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, M. C. A. A adoção em famílias homoafetivas. In: **Conselho Federal de Psicologia, Adoção: Um direito de todos e todas** (pp. 23-26). Brasília: Autor. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução CFP N° 001/99**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, 22 de março de 1999. Disponível em >http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf<

DINIZ, D. M. I. da S. e Alencar, M. S. de. Novo conceito de família: União homoafetiva. Disponível em: ><http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=65c89f5a9501a04c><

Fonseca, C. Homoparentalidade: Novas luzes sobre o parentesco. **Revista Estudos Feministas**, 16(3), 769-783, 2008.

FONSECA, C. Olhares Antropológicos da família contemporânea. **Pesquisando a família: olhares contemporâneos** (Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke, orgs.). Florianópolis: Papa-livro editora, 2002.

FRANKL, V. E. **A vontade de sentido**: fundamentos e aplicações da logoterapia. Ed. ampl., São Paulo: Paulus, 2011.

FREITAS, M. L. S. **Educação Integradora da sexualidade humana**: Resgate do sentido do amor. Ribeirão Preto – SP. Instituto de Educação e Cultura Viktor Frankl – IECVF, 2015.

GROSSI, M. P. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Campinas, **Cadernos Pagu**, 21, 261-280. jan./jun. 2003.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós modernidade. **Rev. Pensando Famílias**. 3, 2001; (8-19).

Lukas, E. O “ato coexistencial” do amor. In.: **Prevenção psicológica: a prevenção de crises e a proteção do mundo interior do ponto de vista da logoterapia**. (pp. 123-133). Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

MARTINS, P. U. A família homoafetiva e seu legal reconhecimento. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010.

MASCOTE, L. As uniões estáveis homoafetivas e o direito. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2199, 9 jul. 2009.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, 17(2), 31-40. 2005.

Pereira, I. S. Mundo e Sentido na Obra de Viktor Frankl. **Revista Psico**, v. 39, n. 2, p. 159 – 165. Porto Alegre – RS, 2008.

SANTOS, C. B. Abordagem Centrada na Pessoa - Relação Terapêutica e Processo de Mudança. **Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca**. 2004.

SILVA, J. P. da S. A parentalidade de cara nova: quando os homossexuais se decidem por filhos. n: **Conselho Federal de Psicologia, Adoção: Um direito de todos e todas** (pp. 17-21). Brasília: Autor. 2008.

ZAMBRANO, E. (org.). **O direito à homoparentalidade**: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil, 2006. Disponível em: >www.homoparentalidade.blogspot.com< .

ANEXOS
E
APÊNDICES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Pesquisa

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), eu _____, cidadã(o) em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa “*Configurações familiares homoafetivas: motivações e percursos para o exercício da maternidade/paternidade*”. A pesquisa tem como objetivo geral: Discutir sobre as novas configurações familiares, tendo como foco a família homoafetiva.

O meu consentimento em participar da pesquisa decorre das informações fornecidas pelo pesquisador, de que:

- 1 – As informações serão coletadas através das entrevistas, com uso de gravador, mantendo em sigilo a identificação dos participantes;
- 2 – A participação na mesma é voluntária, tendo a liberdade de desistir a qualquer momento sem risco de qualquer penalização;
- 3 – As informações e resultados obtidos na pesquisa poderão ser divulgadas em meios científicos, através de exposição oral ou escrita (Congressos, Seminários livros, revistas etc), desde que preservando pela ética e resguardo a identificação dos participantes;
- 4- Em caso de necessidade, poderei contatar o pesquisador durante e/ou após a coleta de dados, para obter outras informações, pelos telefones (83) 9 8833-8097 (Carla Brandão – Orientadora) ou (83) 9 8812-5642 (Melissa Felício – Graduanda em Psicologia)

Esclarecidas todas as minhas dúvidas, concordo livremente em colaborar com o estudo e, portanto, assino abaixo.

Campina Grande, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Participante
 ou
Assinatura Dactiloscópica do participante



Prof. Dr^a Carla de Sant'Ana Brandão
Responsável pela pesquisa

Melissa Mota Felício
Orientanda

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados sócio demográficos do participante/ casal:

- 1) Gênero: a) _____ b) _____
- 2) Idade: a) _____ b) _____
- 3) Estado civil:
- 4) Grau de escolaridade: a) _____ b) _____
- 5) Tipo de união:
- 6) Tempo da união/casamento:
- 7) Há filho(s), da parte de um de vocês? (1) Sim (2) Não
Se sim: convive (mora) com vocês?

Motivações relativas a união e filiação:

- 8) O que motivou a união?
- 9) Os que o(s) motiva a ter filho(s)?
- 10) O que significa, para você(s), vir a ter um filho(a)?
- 11) De que forma pretende(m) ter filho(s)
- 12) Considerando a possibilidade de adoção, como vocês imaginam que seria o percurso para ter uma criança como filha(o)?
- 13) Quais serviços/ profissionais vocês acreditam que poderiam auxiliar no processo de pares homoafetivos virem a ter filhos (adoção/ inseminação ...)?
- 14) Como imagina(m) que será o no exercício da paternidade/maternidade?
- 15) Qual o recado de vocês para sociedade em relação ao modelo familiar em que vivem?